

SEMANÁRIO

ECCLÉSIA

25 de setembro de 2014 | n.º 1447 | Este número: 3€

CARIDADE, JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE: CONSCIÊNCIAS E PRÁTICAS

Tradições religiosas
Dinâmicas e personalidades
O presente que contém o futuro



Edição:

Agência Ecclesia do Secretariado Nacional
das Comunicações Sociais da Conferência Episcopal Portuguesa

Coordenação científica:

Centro de Estudos de História Religiosa
da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa

SEMANÁRIO
ECCLESIA



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA

Apóios:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Montepio

Cáritas Portuguesa

Irmandade dos Clérigos



SEMANÁRIO
ECCLESIA

EDIÇÃO ESPECIAL N.º 1447
25 DE SETEMBRO DE 2014



Propriedade:

Secretariado Nacional das
Comunicações Sociais
(Conferência Episcopal Portuguesa)
Diretor: João Aguiar Campos

Edição:

Agência Ecclesia
N.º de Registo: 109665
Diretor: Paulo Rocha
Chefe de redação: Octávio Carmo
Redação: Carlos Borges,
José Carlos Patrício, Henrique Matos,
Lígia Silveira, Luís Costa,
Luís Filipe Santos, Manuel Costa,
Sónia Neves, Tiago Azevedo Mendes,
Tiago Cristóvão

Coordenação Científica:

Centro de Estudos
de História Religiosa da
Universidade Católica Portuguesa

Coordenadores:

António Matos Ferreira
Paulo Alexandre Alves
Sérgio Ribeiro Pinto

Colaboradores:

André de Campos Silva
António Matos Ferreira
Carimo Mohamed
Domingos Vieira
Filomena Andrade
Francisco João Osswald do Amaral
Helena Ribeiro de Castro
Inês Rodrigues
João Coelho Azevedo
Luís Carlos Amaral
Maria C. Fernandes
Paulo Alexandre Alves
Pedro Lage Reis Correia
Timóteo Cavaco

Projeto gráfico, paginação e produção:

Dupladesign

Secretaria:

Ana Gomes

Redação e Administração:

Quinta do Cabeço, Porta D
1885-076 MOSCAVIDE
Tel.: (+351) 218 855 472
Fax: (+351) 218 855 473

Tiragem: 8000 exemplares / Depósito Legal n.º 104002/96

agencia@ecclesia.pt

www.agencia.ecclesia.pt

O movimento confraternal: expressão de uma força e de um caminho

Filomena Andrade // Doutora em História Medieval / Investigadora do Centro de Estudos de História Religiosa

“Faz-nos trilhar, Senhor, a estrada da Misericórdia”
(José Tolentino Mendonça)

O movimento confraternal tem, ao longo dos séculos, uma presença constante no mundo cristão e ocidental (em geral). Assenta numa relação de parentesco ou amizade que se estabelece entre as pessoas com diversos fins, embora a presente abordagem se limite àquelas que se formam no contexto da vivência religiosa da Europa cristã.

A confraternidade é pois uma forma única de sociabilidade que celebra e convoca os que se sentem e vivem como irmãos, procurando solidariamente contribuir para um bem comum que é simultaneamente espiritual e material. Estabelece solidariedades que proporcionam convivalidade e uma aliança estreita entre a vida terrena e a vida para além da morte.

Várias são as suas concretizações históricas, ao longo da vida da humanidade. Descobrir os seus passos e as suas linhas de força é o desafio a que me proponho responder.

Alicerçado no mandato de Cristo «que vos ameis uns aos outros, como eu vos amei» (Jo 13, 34) e tornado uma prática vivida na igreja apostólica e nas primeiras comunidades cristãs como é visível em

vários escritos (*Didaquê; O Pastor de Hermas; Epístolas de S. Clemente*), a caridade fraterna gera a comunhão de vida e de bens que faz viver estes primeiros homens e mulheres que aderiram a Cristo numa verdadeira fraternidade.

Assim, logo nos primeiros tempos da Igreja que se foi hierarquizando e respirando uma organização piramidal, os monges e frades preferem uma vida cenobítica em que vivem como irmãos e de uma forma única o Amor de compromisso entre eles e de afastamento do mundo. Mas, simultaneamente, criam-se realidades que relevam da parte dos que os servem, homens e mulheres leigos e leigas uma presença comunitária como oblatos(as) ou conversos(as) e tantos outros que servem as comunidades vivendo também eles de forma gregária.

Mas, será com o advento do século XII que surge um dos fenómenos mais ricos e originais da vida confraternal: as confrarias. Criadas a partir de modelos sacerdotais e das guildas de mercadores, agrupam leigos, de acordo com uma lógica territorial (e local) ou sócio-profissional, a fim de «praticarem a ajuda mútua e tomarem a seu cargo os funerais dos membros defuntos» (Vauchez 1995, p. 160), procurando, na fraternidade, a paz eterna. Baseavam toda a sua ação

no cumprimento das obras de misericórdia corporais e espirituais¹ (instrumentos privilegiados de salvação que estabelecem um conjunto de práticas, ao alcance de todos) que constituíam a expressão máxima da caridade fraterna. Reuniam-se sob a invocação de santos, ligando-se a capelas, num esforço de ação assente na irmandade e nas obrigações mútuas. Estas associações criam um modelo em que a caridade é um vínculo societário único, tornando-se a condição e o sinónimo de unidade onde assenta a *Ecclesia* como fraternidade, concebida primordialmente como união espiritual, que se cimenta e alimenta na circulação da *caritas* (Guerreau-Jalbert 2000, p. 38).

Neste ambiente crescem ainda, pela sua importância, as confrarias de penitentes que surgem na Itália do século XIII e que são formadas por leigos (sem votos), mas com o objetivo particular de fazer penitência pelos males praticados no mundo pelos homens. Também estes dedicavam uma parte do seu tempo ao exercício das obras de misericórdia. Reconhecidos pela cidades, muitos trabalham ao seu serviço e são por ela beneficiados; outros, por al-

tura dos grandes cataclismos, elevam o grau de dureza das suas penitências como é conhecido no caso dos flagelantes.

No contexto deste movimento, desponta a figura de Francisco que vive uma entrega penitente e pobre. Ao alargar-se este fenómeno a outros grupos mendicantes desenvolve-se progressivamente um fenómeno de confraternidade laica, autónoma e responsabilmente organizada e que tem uma expressão

mais clara com a institucionalização dos Terceiros na Ordem dos Menores (e noutras) que se constituem como grupos de irmãos (com ou sem votos).

Após o Concílio de Trento, a Igreja reconheceu a necessidade de enquadrar e institucionalizar as práticas religiosas, com regras comuns a todas as instituições dela dependentes, e assim impôs várias mudanças a diferenciadas práticas medievais, com este objetivo. Apesar deste esforço de controlo, a maioria das confrarias permanece leiga e liga-se quer à igreja quer à própria monarquia que, neste período, faz um evidente esforço de intervenção nos movimentos confraternais, em especial os de carácter sócio-caritativo e assistencial (hospitais reais, irmandades) (Sá 2000, p. 140-148).

Exemplos destas irmandades organizadas com um objetivo próprio e ligadas a interesses laicos são as Misericórdias, criadas para atender às necessidades dos seus membros e ainda de todos os que precisavam, considerados irmãos e, por isso, abrangidos pelo dom da caridade, desde os mendigos, aos órfãos e expostos.

1. Segundo S. Tomás de Aquino as obras de misericórdia são catorze: sete corporais, e sete espirituais. As corporais são: dar comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, vestir os nus, acolher os peregrinos, visitar os enfermos, redimir os cativos e enterrar os mortos. As espirituais são ensinar os ignorantes, aconselhar os que duvidam, consolar ao aflitos, corrigir os pecadores, perdoar os ofensores, suportar os que nos incomodam e orar por todos.

A Misericórdia surge assim como a forma “acabada” de fraternidade não já e apenas para defesa dos interesses dos associados, mas de todos os que necessitam e dela se abeiram. Quem vive na caridade e no dom é aquele que serve o irmão e dele se apieda. Pressionada pela Reforma Protestante, a Igreja reforçará a divulgação destas práticas, através de vários meios, dando um novo alento a estas *obras* que se propagaram quer litúrgica (através de novos catecismos), quer literária, quer iconograficamente (atra-

Este movimento laical culminará com a criação da Misericórdia de Lisboa (1498), por iniciativa régia, patrocinada por D. Leonor, a que se seguiram todas as outras espalhadas pelo país, com regras e normas bem precisas.

Estas organizações exprimem formas de sociabilidade comuns, baseadas num código de ética profissional, devoção religiosa, entreajuda material e espiritual que lhes permitia mitigarem os males e providenciarem o consolo na doença e na velhice, a sal-



vés de imagens pintadas e esculpidas em muitos e variados suportes), ao gosto de letrados e populares.

Movimentos como a *Devotio Moderna* e obras como a *Imitação de Cristo* de Thomas Kempis alargam o âmbito assistencial das comunidades (deixando de ser uma prerrogativa exclusivamente religiosa), ansiosas de partilharem com a Igreja práticas de caridade e de esmola, nunca perdendo de vista o fim último que os motivava.

vação da alma, bem como alargarem as práticas caritativas a terceiros.

Sensivelmente, a partir do dealbar do século XVI, depois da reforma hospitalar iniciada por D. João II (Neto 1989, p. 234-236) e terminada por D. Manuel I, em 1501, começa a notar-se uma separação definitiva, que se vai acentuando ao longo deste século, sendo no entanto uma transição muito gradual, entre o que serão organizações exclusivamente socio-

profissionais e associações culturais e devocionais, estas em relação direta com as disposições tridentinas.

O papel de destaque das novas confrarias, na sua grande maioria de invocação mariana, acentuam o culto da Virgem Maria como intercessora dos homens junto a Deus, e refletem a adesão das populações a estes sistemas de assistência. A tendência é de padronização, tendo por modelo o compromisso da “Mãe” de Misericórdia, a de Lisboa, dando no entanto a possibilidade de introdução de especificidades regionais.

A presença da Coroa no controlo destas instituições começa a fazer-se sentir, antecipando a disputa que se avizinhava com a Igreja. A partir do início do século XVII (1604), fica estabelecido que irmandades e confrarias só se poderiam erigir com a anuência do Bispo, que aprovaria posteriormente o seu Compromisso.

Igreja e Estado acabariam por condicionar todo o funcionamento das confrarias, desde as relações de poder às de sociabilidade. Finalmente a Igreja conseguiu estabelecer um precário equilíbrio social entre ricos e pobres, criando laços de interdependência durante estas épocas conturbadas. Os ricos mitigavam um pouco da pobreza da grande maioria da população, com a contrapartida de os pobres lhes possibilitarem a salvação.

Ao longo de toda a modernidade, vários são os movimentos que tratam de viver esta fraternidade, desde ordens religiosas a movimentos de tipo laical na busca incessante de um modelo de vida semelhante, em tudo, ao que foi vivido pela primitiva comunidade cristã. Esta foi mesmo “idealizada” e descrita como um modelo em que tudo era colocado em comum e dividido igualmente por todos.

Neste âmbito se inscrevem os movimentos da sociedade contemporânea de renovação da caridade (conferências vicentinas) e das congregações religiosas (de irmãos e de irmãs) ao serviço dos pobres e necessitados.

Podemos dizer com o papa Bento XVI na sua terceira carta encíclica que no atual relacionamen-

A confraternidade é pois uma forma única de sociabilidade que celebra e convoca os que se sentem e vivem como irmãos, procurando solidariamente contribuir para um bem comum que é simultaneamente espiritual e material.

to humano importa «viver e orientar a globalização da humanidade em termos de relacionamento, comunhão e partilha» (*Caritas in Veritate*, 42). No mundo globalizado de hoje em que a comunicação tornou cada um presente a todos e todos a cada um, o homem tem de viver de forma mais dinâmica, interventiva, e com mais amplas consequências, a fraternidade, lugar de encontro dos homens iguais entre si e corresponsáveis uns pelos outros.

O movimento confraternal é hoje uma marca não apenas do cristianismo mas ainda de uma certa forma de pensar a sociedade que se exprime com outros termos como o do associativismo e mais ainda o da solidariedade, conceito hoje elevado à categoria de forma “plausível e correta” de viver esta fraternidade.

Mas a solidariedade corre o risco de se tornar em mais um negócio que não toma os outros como irmãos, mas apenas e tão só como objetos (mais ou menos passivos e distantes) da nossa “solicitude”.



Ser solidário significa contribuir com o seu esforço e capacidade para aliviar o sofrimento alheio, mas muitas vezes este é apenas visto como um meio de canalizar anseios e de ajudar sem saber a quem. Por detrás da ajuda fica velado o verdadeiro rosto do irmão.

Mas, neste contexto, as outras religiões, especialmente as do Livro, também não são alheias a este esforço e, nos dias de hoje, muitos são os que se esforçam por acompanhar quem sofre e por viver como irmãos uma realidade de reabilitação e de caminho procurado. O mundo protestante e o muçulmano, com todas a suas idiossincrasias, lutam por conseguir realizar verdadeiras fraternidades, que, no interior da sua crença, se tornam auxiliares preciosos no campo da saúde e do ensino.

Em pleno século XXI, a realidade da vida de fraternidade que se vive, em comunidades ecuménicas como a de Taizé, entre outras, é um exemplo importante e crucial da experiência confraternal que, mais uma vez, agrega leigos, religiosos e sacerdotes, irmanados em Cristo pela busca de uma experiência de contemplação e de felicidade.

Viver a fraternidade no mundo contemporâneo é pois uma urgência e um desafio constante.

Numa sociedade livre e feliz todo o homem é irmão e todos somos caminantes na esperança do encontro.

Numa sociedade economicista, a caridade e a solidariedade cristã designam um sentimento e uma prática marcada pela gratuidade e pela identidade. Pela gratuidade porque o amor *agapê* se difunde sem necessitar de reciprocidade e se dirige à pessoa em particular

(e não ao homem em geral), de identidade porque ele é uma forma distintiva de espiritualidade e uma forma de ser de Cristo. 🍷

Bibliografia

- ALMEIDA, André – Os equilíbrios sociais do Poder: as Misericórdias. In José Mattoso (dir.) – *História de Portugal*. Vol. III. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 185-193
- BETHENCOURT, Francisco – Os equilíbrios sociais do Poder: a Igreja. In José Mattoso (dir.) – *História de Portugal*. Vol. III. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 149-164
- GUERREAU-JALABERT, Anita – Caritas y don en la sociedad medieval occidental. *Hispania*. LX, 1, 204 (2000) 27-62
- NETO, Maria de Lurdes – Assistência Pública. In Joel Serrão (dir.) – *Dicionário da História de Portugal*. Vol. 1. Porto: Livraria Figueirinha, 1989, p. 234-236
- PENTEADO, Pedro – Confrarias portuguesas na Época Moderna: problemas, resultados e tendências da investigação. *Lusitania Sacra*. 2ª série, 7 (1995) 15-52
- SÁ, Isabel dos Guimarães – Assistência: época Moderna e Contemporânea. In Carlos Azevedo (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 140-148
- VAUCHEZ, André – *A espiritualidade da Idade Média Ocidental sécs. VIII-XIII*. Lisboa: Estampa, 1995